

**Entre ruas e praças: a trajetória do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife (1980)**

HUMBERTO DA SILVA MIRANDA\*

*Enxameiam as ruas do Recife — do centro, subúrbios e bairros os mais distantes — os chamados menores abandonados, sem pais, parentes, aderentes ou responsáveis, diretos ou indiretos. Vivem a cometer toda sorte de delinquência — do assalto ao aliciamento de companheiros da mesma idade — a partir dos 10/11 anos, da prostituição ao homossexualismo, da cola à maconha, à droga fabricada com medicamentos adquiridos, pouca gente sabe como, nas farmácias ou clandestinamente, e que misturam para —dopagens!, depois do que ficam bêbados e prontos para toda sorte de serviços. Ninguém sabe quantos deles abarrotam nossas ruas, roubam, furtam, tomam carteiras de pessoas de todas as idades, à porta ou às bilheterias das instituições de previdência, velhos indefesos e pobres viúvas, do lado de fora dos balcões de casas comerciais, nos bares e restaurantes, às escancaras. (JORNAL DO COMMERCIO, 1979:16)*

A notícia publicada pelo *Jornal do Commercio* permite analisar como o periódico, de grande circulação no Recife, construiu as imagens e representações sobre os meninos e as meninas que viviam em situação de rua. De acordo com a reportagem, o problema do abandono e dos atos infracionais acontecia no centro comercial e nos seus bairros periféricos. Sobre os meninos e as meninas recaía o peso da culpa por cometerem atos delituosos, e a sociedade foi descrita como vítima desses meninos e dessas meninas que efetuavam as mais diferentes práticas consideradas delituosas e ameaçadoras à ordem estabelecida.

A matéria fazia alusão ao Sistema de Segurança, trazendo informações sobre a dificuldade de as delegacias atenderem os casos desses meninos e dessas meninas. De acordo com a reportagem:

*O delegado Cícero Albuquerque diz tudo com constrangimentos e reconhece que o problema do —menor abandonado! do Recife se agrava hora a hora, e suas estatísticas de crimes cometidos pela pivetada estarrece qualquer mortal. Há prostitutas no cento do Recife, de onze em diante. E aliciadores de ambos os sexos. Nem se precisa recorrer a uma assistente social para constatar a situação. Eles dormem pelas calçadas, sob as marquises. Perambulam pelas ruas, forma*

---

\*Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutor em História.

*quadrilhas perigosas, sob a chefia dos mais ousados. Andam armados, de gilete, de faca, de pedras e sabem usá-las, certos da impunidade porque —sou de menor, mal aparece um policial. O povo, assaltado, ferido, sob ameaça deles, não tem para quem recorrer. A alternativa é pernas-para-que-te-queru. (JORNAL DO COMMERCIO, 1979:16)*

Neste trecho o jornalista narra as tensões vivenciadas por setores da sociedade, percebendo a questão dos meninos e das meninas em situação de rua como um problema de polícia. Nesse trecho da reportagem, observamos quais as ações praticadas pelas crianças e adolescentes consideradas delituosas e como o aparato policial reagia ao aumento da violência envolvendo diretamente o público infanto-juvenil. A partir dessa leitura, identificamos que os problemas atingiam meninos e meninas, de diferentes idades.

Esses meninos e meninas se apropriavam das ruas e praças da grande cidade, praticando as mais diferentes ações em busca da sobrevivência e construindo diferentes formas de sociabilidades. Crianças e adolescentes em estado de abandono, que trabalhavam, mendigavam e realizavam diversas formas de delitos, desafiando as normas de segurança estabelecida pelo Estado. De forma individual ou coletiva, esses garotos e garotas buscavam demarcar territórios. As ruas e praças se tornavam espaços sociais, espaços praticados, onde eles e elas estabeleciam suas regras cotidianas, disputavam espaços. Segundo Maria Stela Graciani:

*O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido, no seio do qual o sujeito se —sente em casa. O território pode ser considerado como sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nas quais vai se desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos. (Graciani: 2009:115)*

Ao se voltar para a questão dos meninos e das meninas que viviam em situação de rua na década de 1980, a historiadora Isabel Frontana nos traz uma contribuição importante para historiografia nacional ao analisar os depoimentos dos garotos e das garotas que viviam nas ruas de São Paulo. Esses depoimentos foram publicados pelo periódico *Folha de São Paulo* e retratam diferentes histórias de meninos e meninas que escolheram morar na rua por diferentes motivos. De acordo com Frontana:

*Embora muitas crianças e muitos adolescentes transformassem a rua em espaço de reprodução das condições materiais de existência, nem sempre era apenas nessa dimensão, por assim dizer, econômica, que se encontrava validação subjetiva. Além de meio de geração de renda, a rua era também um espaço vivencial significativo para a projeção de atitudes e comportamentos que alimentavam a vida de um senso lúdico peculiar, no qual a aventura e a brincadeira eram valorizadas (FRONTANA, 1990:56)*

É nesse cenário que o debate sobre o “menino de rua” foi construído no Brasil. De acordo com Riccardo Lucchini, a partir de 1980, nos movimentos políticos e institucionais, os meninos e as meninas que viviam ou trabalhavam nas ruas das cidades, passaram a ser chamados de meninos e meninas que viviam em *situação de rua*, deixando de ser identificados como *meninos de rua*. De acordo com Lucchini, é preferível chamar meninos e meninas em situação de rua, uma vez que a própria —intervenção não pode mais, desse modo, limitar-se somente à criança; ela deve, ao contrário, englobar o conjunto das interações sociais das crianças nos outros meios sociais (LUCCHINI: 2003:59).

Dormir, acordar, conviver com diferentes pessoas eram desafios que o mundo das ruas lhes oferecia. Estudar a História desses meninos e meninas em situação de rua foi caminhar em busca dos passos de crianças e adolescentes que vivenciaram as mais diferentes formas de exclusão. Essa caminhada também é repleta de surpresas, onde é possível encontrar as diversas táticas de sobrevivência. Como afirma Michel de Certeau:

*Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar — uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis (deslocamentos e caminhadas), compensadas pelas relações e pelos cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e postam sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a cidade. (CETEAU, 1994: 94)*

Mas, a caminhada desses meninos e meninas pela cidade é marcada por outras práticas sociais. Na década de 1980, a cidade não se tornava apenas o espaço das crianças em situação de rua e as mais diferentes formas de controle social repressivo sobre o cotidiano desses

sujeitos. Neste período surgiu uma articulação política que passou a ser conhecida como *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*, que representou uma articulação entre os grupos sociais da sociedade civil que questionavam as mais diferentes violências praticadas contra crianças e adolescentes que viviam em situação de rua. De acordo com documento publicado pelo Movimento:

*O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) é uma organização popular não-governamental autônoma, composta basicamente de voluntários, que busca, através do engajamento e da participação das próprias crianças e adolescentes, a conquista e a defesa de seus direitos de cidadania (BRASIL, 1994: 11)*

A historiografia registra que foi na década de 1980, no bojo do processo de redemocratização, que os ativistas dos mais diversos seguimentos, ou seja, que se levantaram as diferentes bandeiras de luta, passaram a se organizar no sentido de estar próximos dos agentes sociais que, ao longo da História, vivenciaram processos de exclusão políticas, sociais e econômicas. De acordo com o historiador Francisco Carlos Teixeira:

*O final dos anos de 1970 e a década de 1980 assistiram, por toda a América Latina, a um intenso movimento de redemocratização, com a substituição das ditaduras militares, que, desde várias décadas, dominaram o panorama político continental, não sendo o Brasil um caso único ou modelador do processo de transição democrática. (TEIXEIRA, 2009: 36)*

A partir dessa perspectiva, percebo que não é possível entender a História do *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*, sem analisar o Recife e o Brasil da década de 1980. Nas ruas da cidade estava relacionada ao momento de redemocratização do País e a possibilidade da (re)organização do movimento em defesa dos direitos humanos entre eles, o movimento pelo direito das crianças e adolescentes em situação de rua.

O Movimento era organizado por entidades não-governamentais que se articularam a partir de uma iniciativa conhecida como “projetos alternativos”, articuladas por entidades como a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM e do Fundo da Nações Unidas pela Infância - UNICEF. A partir das reuniões nacionais, as representações decidiram construir um movimento independente, articulado exclusivamente por representantes da

sociedade civil. De acordo com seus relatórios e memoriais, o Movimento foi fundado em 1985, sendo um dos responsáveis pela articulação pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

É importante registrar que, nos anos de 1980, a “questão do menor” passou a fazer parte das preocupações de instituições e entidades não governamentais, que passaram a produzir pesquisas e publicar relatórios sobre as mais diferentes formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes. De acordo com as reflexões de Maria Filomena Gregori, a década de 1980 foi marcada pelo surgimento de uma série de ações que buscavam conhecer o universo desses meninos e dessas meninas que viviam em situação de rua. Gregori ainda afirma que:

*Nos anos 1980, investigações realizadas em uma perspectiva etnográfica já indicavam que os meninos de rua não são abandonados no sentido literal do termo. Essas análises, por se apoiarem em estudos de caso, enfocando primordialmente os meninos, podiam apenas indicar esse fato, sendo muito limitadas as informações sobre os universos familiares. (GREGORI, 2000:75)*

Na perspectiva, ao construir diagnósticos, ou seja, um mapa situacional do cotidiano das crianças e dos adolescentes, as pesquisas elaboraram e publicaram um retrato onde as meninas aparecem como protagonistas. Analisando essa efervescência de produção no campo da infância, a pesquisadora Felícia Reicher Madeira, afirma que, até o final da década de 1970:

*A grande maioria dos estudos e pesquisas sobre a infância e a adolescência divulgados no Brasil referia-se aos campos da Educação, Medicina, Pedagogia e Psicologia, sem a preocupação específica de relacionar as questões tratadas com as condições concretas de vida dessa parcela da população. Outra característica desses estudos consiste em seu caráter acentuadamente androcêntrico, com maior presença de meninos nesses estudos, justificando o emprego masculino genérico com que as meninas ficam apenas subentendidas, quando não invisíveis. Na última década, entretanto, cresceu significativamente o número de estudos sobre a infância e a adolescência nas populações pobres cuja motivação principal consistia nos meninos de rua, que, em grandes hordas, acreditava-se, perambulavam pelas ruas das grandes cidades. Por essa razão, o enfoque desses estudos privilegia questões*

*relativas à infração, à institucionalização, à violência e à prostituição. (MADEIRA: 1997, 349).*

Foi a partir da atuação dos movimentos sociais, que a questão de gênero passou a ser pautada no campo das políticas públicas. A pesquisa *A menina de rua* descortinou o cotidiano das meninas que viviam em situação de rua no Recife, trazendo dados/informações até então não diagnosticadas em relatórios elaborados pela Funabem ou outras instituições que lidavam com a questão da assistência à infância. De acordo com o texto publicado, as meninas:

*Vivem e dormem nas praças da cidade ou no Cais de Santa Rita. A maioria tem família, a qual visita de vez em quando e tem filhos na Casa de Carolina, instituição ligada à Febem – Fundação do Bem-Estar do Menor. Em relação a essas meninas, observou-se que a situação é decorrente da origem familiar, de maneira geral, de famílias desestruturadas, bem como da falta de alternativas de sobrevivência para satisfação de suas necessidades básicas, restando-lhes apenas duas opções: ou ser empregada doméstica ou prostituta. Entretanto, toda opção para melhoria de sua situação decorre, conforme a visão das próprias meninas, da espera de que alguém possa resolver seus problemas, à medida que elas pudessem receber um emprego, receber uma casa, receber comida. (BRASIL, 1984: 33)*

Esse relatório ainda afirma que essas meninas são exploradas sexualmente, identificando-as como *prostitutas* ou *menores prostitutas*. O documento, que possui o caráter qualitativo, procura sinalizar que as filhas dessas meninas também passam a viver no universo do abandono ao serem encaminhadas para Casa de Carolina, instituição fundada pela Febem/PE na década de 1960, que acolhia meninos e meninas de 0 a 6 anos de idade.

Ao buscar construir as considerações finais, a pesquisa registra de forma contundente como são construídas as relações entre meninos e meninas no âmbito da política pública, afirmando que:

*A problemática relativa à menina de rua não parece, até então, constituir preocupação relevante para as instituições que estão envolvidas no trabalho com o menor carente, sobretudo se comparamos à ênfase que vem sendo dada, nos últimos anos, à questão do menino de rua, supondo-se que o menor do sexo masculino, proveniente de famílias de baixa renda, seja candidato mais provável à marginalidade do que a menor do sexo feminino. (BRASIL, 1984: 73)*

Em Recife, essas questões foram colocadas na seara do debate pelo *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*, que passou a articular o fortalecimento das organizações não governamentais e da criação de outras, na busca de construir dispositivos de atendimento assistenciais voltadas para essas crianças e adolescentes. Inclusive, a partir dessas articulações o trabalho da organização não-governamental Casa de Passagem passou a ser percebido como pioneiro no atendimento as meninas em situação de rua, que passou a criar metodologias específicas para o acompanhamento de crianças e adolescentes do sexo feminino (MIRANDA, 2014).

As pesquisas realizadas pela socióloga Cleide Galiza de Oliveira nos permite analisar como esse processo foi construído no Recife. Ao se debruçar sobre a atuação das ONGs populares voltadas para o atendimento de meninos e meninas, a socióloga observou que ao surgimento das organizações se atrelavam as demandas surgidas nos bairros, representando o fruto do descaso governamental às comunidades socialmente vulneráveis. Ao analisar o cadastro das ONGs que atuavam na Região Metropolitana do Recife, Oliveira constatou:

*A Região Metropolitana do Recife, acompanhando a tendência do movimento nacional, também mostrou fortes sinais de organização com a participação ativa de diversos setores da sociedade na criação e reformulação do atendimento à criança e ao jovem. Essa preocupação pode ser demonstrada através do surgimento, principalmente na década de 1980, de entidades sociais particulares (das 250 cadastradas, 70,8% foram criadas nesse período) que procuravam atender às demandas do seguimento infanto-juvenil na região. (Recife, 1989: 42)*

Ao pesquisar o número de ONGs que atuavam no campo da assistência ao público infanto-juvenil, Cleide Oliveira afirmou que o *boom* das organizações populares —não chega a ser expressivo numericamente diante do quadro de carências em que se encontrava o seguimento juvenil em Pernambuco. A situação de pobreza e o descaso governamental marcavam o cotidiano do Recife na década de 1980, quando 80% das famílias que residiam na região metropolitana viviam com a renda per-capita abaixo de um salário mínimo.

Foi a partir da atuação da ONGs que o Movimento buscou se fortalecer. De acordo com documentos produzidos pela própria organização, o seu objetivo era garantir ações sistemáticas voltadas para a mobilização das pessoas em torno do chamado “direito da criança e do adolescente”. Em seu relatório de atividades, o Movimento registrou que:

*Em Pernambuco, no ano de 1987, facilitamos o espaço da sede para que uma vez por semana meninos e meninas realizassem suas reuniões. Foi aí que começaram, em Recife, as reuniões da quarta-feira até hoje. Elas desempenham uma função importante porque possibilitam o entrosamento entre seus núcleos e facilitam o fluxos de informações entre eles nos seus diferentes níveis – local, estadual, regional e nacional. A turma discute sobre sua situação de vida, organização, desafios, dificuldades e conquistas. Aí são encaminhadas as decisões tomadas nos encontros, é também um espaço onde são preparadas os eventos e atos públicos como o 1º de maio, o carnaval, o São João e outros. (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, 2002: 34)*

De acordo com o treco acima é possível afirmar que o Movimento tinha o interesse de construir ações sistemáticas onde os meninos e meninas assumiam o lugar de uma militância da organização. As atividades atendiam uma programação articulada com o calendário político da cidade, onde as festividades, os eventos religiosos e os atos políticos passavam a ser marcados pela presença dos meninos e meninas que acompanhavam o Movimento.

De acordo com o documento *Organização de Meninos e Meninas de Rua*, produzido pelo Movimento, as atividades do movimento consistia em promover ações pedagógicas voltada para as crianças e adolescentes em situação de rua. O Movimento passou a construir núcleos de base, encontros estaduais, regionais e nacionais, atos de mobilização e também produziam as chamadas “cartas abertas às autoridades”. Essas ações eram organizadas por uma equipe de pessoas que se dominavam “educadores sociais de rua”. Por sua vez, os educadores

Este documento é importante para analisar como era organizada o cotidiano da organização no Recife. Para além da calendarização das ações, a organização buscava construir uma rotina sistemática, em busca da construção de identidade de movimento social, construído pela sociedade civil. O próprio conceito de sociedade civil passa a ser praticado pelo Movimento, uma vez que eles estabeleciam ações e construíam o discurso de se distinguirem do Estado, ou seja, a proposta se fortalecia enquanto sociedade civil, ao estabelecerem uma proposta que questionava o Estado, através do combate ao Código de Menores, ao sistema FUNABEM/FEBEM e aos mecanismos de controle social repressivo,

mais notadamente a polícia e os comissários de menores, que eram agentes de controle que atavam a serviço do Juizado de Menores.<sup>2</sup>

O Movimento trouxe para as ruas e praças do Recife o colorido dos cartazes pintados em tinta guache, registrando desenhos e palavras que reivindicavam outra política para as crianças e adolescentes em situação de rua. Desse modo, é possível afirmar que as ruas da cidade já não eram marcadas apenas pela violência e abandono, ou pelo controle social praticado pelo Estado. Nessas ruas e praças foi possível visualizar cores e ouvir vozes de crianças e adolescentes afirmando que outra sociedade era possível e que eles poderiam ser sujeitos de direitos, protagonistas da História.

### **Documentos Pesquisados:**

BRASIL. Fundo das Nações Unidas para a Infância/UNICEF. *A menina de rua*. Programa Regional Mulher no Desenvolvimento. Recife: UNICEF, 1984.

JORNAL DO COMMERCIO. Delinquência juvenil preocupa autoridades. Recife, 17/07/1979 – p. 16.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Trajetória de luta em defesa da criança e do adolescente. Série 3. Número 1. São Paulo: 1994.

\_\_\_\_\_. *Organização de Meninos e Meninas de Rua: a arte de educar para vida*. Recife: MNMMR, 2002.

### **Referencias Bibliográficas:**

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano (Artes de Fazer)*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

FRONTANA, Isabel. *Crianças e Adolescentes: nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GRACIANI, Maria Stela. *Pedagogia Social de Rua*. São Paulo: Cortez, 2009.

---

<sup>2</sup> Sobre a atuação do sistema FUNABEM/FEBEM e obre os comissário de menores ver: MIRANDA, Humberto. No (s) Tempo (s) da FEBEM (s): memórias de infâncias perdidas (Recife, 1964-1985). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. 2014.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos de rua*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUCHINI, Ricardo. *A criança em situação de rua: uma realidade complexa*. In: RIZINI, Irene. *Vidas nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: PUC/Rio, 2003.

MADEIRA, Felícia Reicher. *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1997. P. 349.

OLIVEIRA, Cleide Galiza de. *Se essa rua fosse minha: um estudo sobre a trajetória e vivência dos meninos de rua do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil – 1974 - 1985*. In: FERREIRA, J. & DELAGAFO, L. *O Brasil Republicano: o tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.